

LÍDIA BATISTA MOREIRA DE ANDRADE É PSICÓLOGA E SUPERVISORA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE HABITAÇÃO, DA DIRETORIA DE HABITAÇÃO DA URBEL - COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE. CELINA MARQUES DE OLIVEIRA É ARQUITETA E SUPERVISORA OPERACIONAL DE PROGRAMAS HABITACIONAIS, DIVISÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DA DIRETORIA DE HABITAÇÃO, DA URBEL.



As duas profissionais atuam na Prefeitura de Belo Horizonte na Política Municipal de Habitação desde 2005, momento inicial do Programa de Crédito Solidário. Na entrevista abaixo, elas contam um da história e objetivos desse Programa.

1- Qual o principal objetivo do Programa Crédito Solidário (PCS)?

O principal objetivo do Programa foi reformar ou construir moradias. Isto feito a partir da organização destas famílias por uma Entidade Organizadora, para famílias com renda de até cinco salários mínimos, sendo que oitenta por cento destas famílias deveriam ter, no momento da contratação, renda de no máximo três salários mínimos.

2- Quais foram os critérios utilizados na escolha das famílias que seriam atendidas pelo PCS?

As famílias foram indicadas pelos núcleos do Orçamento Participativo da Habitação. Após indicação pelos núcleos, a Caixa avaliava a capacidade de contrair empréstimo para obter recursos para os empreendimentos. O valor dos empréstimos variou de R\$ 20.000,00 a R\$

24.000,00 por família. Se uma família não era aprovada na avaliação de sua capacidade de arcar com o empréstimo, ou não tirava seu nome do SPC ou do SERASA, o núcleo a que ela pertencia fazia outra indicação. A idade do beneficiário mais idoso participante da composição da renda para contratação de somada ao prazo da operação não poderia ultrapassar 80 anos.

3- Qual o papel das entidades, cooperativas e associações no processo de inclusão das famílias no PCS?

As entidades foram selecionadas pelo Ministério das Cidades para formar grupos para construir determinada quantidade de moradias. Foram responsáveis pela formulação e apresentação da proposta ao Ministério e dos projetos a serem financiados à Caixa e pela assistência necessária à organização das famílias, à contratação de assessoria técnica, à realização das obras e do Trabalho Técnico Social.

4- Como funcionaram as ações de pré-morar e pós-morar?

O Trabalho Técnico Social começou antes da assinatura dos contratos com a Caixa Econômica Federal pelos beneficiários

para repasse e discussão de informações sobre o Programa, tratando da seleção de famílias, da elaboração de projetos, dos contratos de financiamento, da obra, até a mudança para os apartamentos.

Passou-se então a trabalhar para articulação com as políticas públicas locais para facilitar o acesso dos beneficiários aos serviços de educação, saúde, formação profissional e às tarifas sociais. Foram trabalhadas ainda questões para o dia a dia condominial, incluídas a estrutura de organização, as taxas pertinentes ao condomínio e a correta apropriação e uso dos espaços de cada apartamento e das áreas de uso comum. Finalmente, na etapa Pré-Morar, define-se entre os beneficiários quem morará em cada apartamento.

Ao final da obra, trabalhou-se a capacitação do síndico, subsíndico e comissão fiscal em gestão condominial, orientações sobre administração financeira e Regimento Interno, estabelecimento das regras de convivência e organização.

Programa CRÉDITO SOLIDÁRIO

INFORMATIVO DO PROGRAMA CRÉDITO SOLIDÁRIO
BELO HORIZONTE - NOVEMBRO DE 2013 - Nº 1

1



CRÉDITO SOLIDÁRIO
BENEFICIA
FAMÍLIAS
EM BH **547**

Criado em 2004 pelo Governo Federal, o Programa Crédito Solidário promoveu o financiamento habitacional para famílias de baixa renda que participavam de associações e organizações ligadas a movimentos populares por moradia. O objetivo era viabilizar aquisição da moradia própria pela população economicamente mais frágil. O repasse dos recursos foi feito por meio da Caixa Econômica Federal.

O Crédito Solidário trabalha com o sistema de autogestão. Os movimentos sociais de luta por moradia acompanham todo o processo,

que vai desde a escolha das famílias beneficiadas até a execução das obras. Essas famílias assumem algumas responsabilidades como, por exemplo, a presença nas reuniões do trabalho social e nas discussões sobre o projeto.

Para assegurar condições dignas de moradia, o Governo Federal exige que o empreendimento apresente infraestrutura básica de água, energia elétrica, acesso viário, soluções de esgoto sanitário e serviços públicos essenciais de transporte e coleta de lixo.

Em Belo Horizonte, o Crédito Solidário estabeleceu uma parceria com a prefeitura

da cidade que financiou o custo dos projetos e doou os terrenos nos quais foram construídos os residenciais. Essa parceria resultou na construção de seis residenciais, totalizando mais de 500 apartamentos.

As famílias, escolhidas pelos mesmos critérios da Política Municipal de Habitação – residir em Belo Horizonte há pelo menos dois anos, não ter casa própria e renda familiar de até três salários mínimos – acompanharam as obras, participaram das reuniões e hoje comemoram uma vitória fruto de muitos anos de luta e trabalho.

CONHEÇA OS RESIDENCIAIS CONSTRUÍDOS EM BELO HORIZONTE POR MEIO DO CRÉDITO SOLIDÁRIO EM PARCERIA COM A PREFEITURA, A UNIÃO ESTADUAL POR MORADIA POPULAR - UEMP - E DIVERSAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA CIDADE.

Residencial Diamante

Com 80 apartamentos, o Diamante foi o primeiro residencial concluído pelo Crédito Solidário e entregue aos moradores em 2010.

A Presidente da Associação de Moradores Sem Casa Nossa Senhora Rainha da Paz, Ieda Pereira da Silva, conta como foi essa história. "Mudamos para cá em 2007. Ficamos muito felizes pois foram anos de luta e nunca perdemos a esperança de que iríamos conseguir nossa casa própria. As pessoas me procuravam para agradecer. Foi uma realização pessoal". O residencial Diamante foi construído no bairro Lagoa.



Residencial Diamante.



Evento de confraternização entre os moradores do Diamante.

Residencial Itaipu

Também em 2010 foi a mudança dos moradores para o residencial Itaipu. Localizado no bairro Itaipu, o residencial tem 60 unidades e foi construído em parceria com a Associação Pró-Moradia Vale do Jatobá – Aspanve. "Participamos de tudo. Desde a elaboração da massa até a construção do residencial. Todo mundo colocou a mão na massa. Isso faz com que a gente valorize ainda mais nossa conquista", conta Elizângela Mabel, presidente da Aspanve.

Residencial Mar Vermelho

Em 2012, foi entregue o Residencial Mar Vermelho, com 77 unidades e localizado no bairro Serra Verde.

Maria da Graças Ferreira é presidente da Associação Dos Sem Casa Betânia e Região, que acompanhou o processo de construção do residencial e as famílias atendidas. "Todo esse processo foi um aprendizado para mim. Aprendi a administrar os recursos financeiros e a ansiedade das famílias" conta ela.



Residencial Mar Vermelho.

RESIDENCIAIS CASTELO I E II

Com 84 e 140 unidades habitacionais respectivamente, os residenciais Castelo I e II foram entregues em 2012. Coordenadas pela União Estadual por Moradia Popular – UEMP

– as famílias participaram de todo o processo de construção destes residenciais, localizados no Jardim Alvorada. "Foi uma experiência muito boa. Ver a felicidade das famílias foi a

minha maior realização. Cresci muito como ser humano", diz Maria Ferreira, da UEMP.



Festa de confraternização no residencial Castelo I.



Festa de confraternização no residencial Castelo II.

RESIDENCIAIS SANTA ROSA I E II

Astésia Soares, conhecida como dona Zizinha, é presidente da Associação dos Moradores de Aluguel do Bairro Santa Cruz e participou ativamente da conquista desses residenciais,

localizados no bairro São Francisco. "Deu um pouco de trabalho, massa experiência valeu muito a pena. As famílias ficaram muito felizes. Tinha gente que estava no movimento

popular por moradia há 15 anos. Quando foram entregues os apartamentos todos comemoram muito. Foi uma grande vitória", relembra ela.



Momento de agradecimento dos moradores do Santa Rosa II, que tem 50 apartamentos.



Residencial Santa Rosa I, com 56 unidades.